

A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: o caso da Escola Municipal Rural São Joaquim¹

EDUCATION AT RURAL ENVIRONMENT IN THE BOLSÃO RURAL TERRITORY: the case of the Municipal Rural School São Joaquim

Vânia dos Santos Pontin²

Sedeval Nardoque³

RESUMO: A questão agrária no Brasil é tema importante, sobretudo pela forma de apropriação privada da terra, sua posse e seu uso, além das ações de movimentos sociais ao levantar o problema da concentração fundiária e pela atuação do capital do campo, via territorialização dos monopólios (OLIVEIRA, 1991). Nesse sentido, neste trabalho, faz-se necessário entender as consequências da territorialização das indústrias de celulose e de papel no Território Rural do Bolsão⁴ para a vida das famílias assentadas em projetos de reforma agrária⁵, uma vez que se encontram diretamente influenciados pela expansão territorial do capital no campo, seja pelos plantios de eucalipto no entorno dos assentamentos, pelos empregos oferecidos aos camponeses ou pela influência na escola do campo. Nesse sentido, como recorte empírico, é relevante entender, no município de Selvíria (MS), no Projeto de Assentamento São Joaquim, a construção da escola do campo, sobretudo pela participação popular.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária; Educação do/no Campo; Territorialização do Capital; Movimentos Sociais;

¹ Artigo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo.

² Especialista em Educação do Campo pela UFMS/CPTL. Correio eletrônico: vaniahist_ufms@hotmail.com

³ Doutor em Geografia pela UNESP e professor dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia. Foi orientador do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo UFMS/CPTL. Correio eletrônico: nardoque@hotmail.com

⁴ Refere-se à divisão territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Os municípios que integram o Bolsão, são: Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas.

⁵ Assentamentos do Território do Bolsão: São Joaquim, Alecrim, Canoas, Pontal do Faia, Vinte de Março, Serra e Aroeira.

ABSTRACT: Agrarian issues in Brazil are much discussed at national and international level, particularly questions about actions of social movements which bring to light the problematics of land concentration and also the actions of capital in the rural areas, through territorialization of monopolies. In this sense, this articles aims to bring understanding of the consequences of territorialization of cellulose industries in the rural territory of Bolsão to the families that have settled down through projects of agrarian reform. These families are directly influenced by the territorial expansion of the capital in the rural environment, through the eucalipto plantations around the settlements and through the Jobs offered to the peasants and the presence of the rural school. In this sense, its important to understand the construction of the rural school in the municipality of Selvíria, which is part of the Projeto Assentamento São Joaquim, through the popular participation.

KEYWORDS: Agrarian Reform; Rural Education; Capital Territorialization; Social Movements.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva analisar as ações do capital no campo, via territorialização dos monopólios (OLIVEIRA, 1991), no Território Rural do Bolsão, sobretudo pelas empresas Fibria e Eldorado Brasil, do setor de eucalipto-celulose-papel, sobretudo na Escola Municipal Rural São Joaquim. Para recorte empírico, utilizou-se das ações das empresas no Projeto de Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria.

Para tanto, fez-se breve discussão sobre a questão agrária e contexto do surgimento do Projeto de Assentamento São Joaquim, além da instalação da escola neste assentamento, resultante da reivindicação dos assentados.

Por fim, analisaram-se as ações das empresas, sobretudo na construção de novo prédio para a Escola Municipal Rural São Joaquim, por parte da empresa Eldorado Brasil, e das ações “pedagógicas” da empresa Fibria. Também, descreveram-se os projetos dos professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, por meio de ações de extensão, colocando-se, contraditoriamente, frente às inserções das empresas, pois a universidade aproxima-se dos princípios da Educação no/do campo.

QUESTÃO AGRÁRIA E O PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM

Historicamente, no Brasil, a concentração fundiária e a sua regulamentação tem relação com a promulgação da Lei nº 601, denominada de Lei de Terras, no ano de 1850. Esta lei, além de cristalizar os antigos problemas agrários, que, no dizer de Prado Junior (1979, p. 20), “são antes de tudo ‘humanos’”, dificultaria ainda mais o acesso à “terra de trabalho” (MARTINS, 1979), porque a partir daquele momento, somente poderia ser considerado proprietário de terras quem as legalizasse por meio de compras em leilões públicos e com pagamento à vista, principalmente as consideradas devolutas.

Desta forma, o acesso à terra, por meio da posse, foi proibido, condição cerceada àqueles que não tinham dinheiro para compra-la. A terra tornou-se, nas palavras de Martins (1979), mercadoria. Segundo Turatti (1999, p.80), “Essa aliança entre capital e propriedade da terra, chamada por Martins (1994) de a ‘aliança do atraso’ concretizou-se em termos políticos com eficácia para manter o poder nas mãos de uma oligarquia concentradora de terras”.

Portanto, percebe-se que a história do pobre da terra foi marcada pela exploração econômica e pela exploração do homem pelo homem. Neste caso, não houve lugar para a ocupação livre da terra, pois, segundo Borges (1996, p.44), “além de produzir mercadorias, ela própria se transforma em mercadoria, sujeita à venda, a troca, a um preço”.

É cabível salientar que os movimentos sociais no campo, sobretudo na segunda metade do século XX, aprimoraram e cresceram na luta pela posse da terra (acampamentos, ocupações, caminhadas e marchas, bloqueios de vias públicas) e por novos direitos, como acesso ao crédito e à Educação no/do Campo.

Esse aprimoramento e crescimento dos movimentos sociais no campo evidenciaram-se, segundo Pires (1998), pelas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado oficialmente após o encontro de trabalhadores rurais sem terra em Cascavel, oeste do Paraná, em janeiro de 1984. Neste sentido, Fernandes (1998) corrobora quando diz que o processo de luta e resistência, marca do MST, está na sua postura contra a expropriação e exploração decorrente do desenvolvimento do capitalismo.

Nessa perspectiva, a luta pela terra significa estar presente nela antes, durante e depois da conquista, desenvolvendo novas práticas, impulsionadas pela luta de classes, ou seja, a luta pela terra e para nela permanecer.

Desse modo, para este artigo, é fundamental compreender a luta pela/na terra no Projeto de Assentamento São Joaquim, para então entender-se a luta, também, pela educação no campo. A fazenda São Joaquim, que deu origem ao assentamento, foi incorporada ao programa Reforma Agrária por meio da aquisição, antes pertencente a Rubens Justo Fernandes e esposa, Maria Lúcia D'Almeida MoretzSehn Fernandes (LALUCE, 2015, p.36), no ano de 2008. No município de Selvíria, o Projeto de Assentamento São Joaquim foi o segundo a ser criado, sendo possível pela força do movimento de luta pela terra, primeiramente, para desapropriação da fazenda Alecrim, atraindo então para o município muitas famílias de outras regiões, em especial do Bolsão, oriundas de diferentes acampamentos ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI).

Conforme Bergamasco e Norder (1996), os problemas após a conquista da terra são gerados por vários impasses, nos quais se apontam: existência ou não do apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico dos projetos, o acesso aos créditos, e os prévios recursos financeiros e produtivos de cada família, a distância e o acesso aos centros consumidores. Muitos desses impasses estão presentes no Projeto de Assentamento (PA) São Joaquim, pois somente no ano de 2016 foi instalada energia elétrica, após a construção das casas; o sistema de distribuição de água é precário, as estradas são mal conservadas, os assentados não têm a Declaração de Aptidão ao Pronaf⁶ Provisória (DAP-P), inviabilizando e dificultando a produção e a comercialização. Diante da situação, membros de muitas famílias assentadas trabalham no monocultivo do eucalipto para a empresa Eldorado Brasil. O trabalho assalariado é uma das estratégias encontradas para permanecerem nos lotes e oferecerem melhores condições de vida a suas famílias.

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

A precariedade no PA São Joaquim abre caminho para atuação das empresas (Eldorado Brasil e Fibria) de eucalipto-celulose-papel presentes no Território do Bolsão, por meio da oferta de trabalho aos assentados, de projetos de distribuição de adubos, calcário e sementes, de hortas agroecológicas, de ações “pedagógicas” na escola do assentamento.

Para garantir a expansão do capital pelo campo, via agronegócio, e assegurar a apropriação das terras, as ideologias são difundidas para a aceitação deste modelo como o mais viável para o país, considerando como gerador de empregos, avanços tecnológicos [...] procura-se negar a conflitualidade, ou seja, a resistência dos sujeitos no campo. (NARDOQUE, 2015, p.163).

Nos PAs São Joaquim e, atualmente, no Alecrim, foram desenvolvidos diversos projetos da Fibria, como formação de pastos, presença de veterinários para auxílio com inseminação de vacas, doação de adubos e sementes, construção de um galpão para associação, onde são realizadas as reuniões. É importante salientar que somente as famílias associadas têm acesso aos projetos.

Após a luta para entrar na terra e para nela permanecer, os assentados do PA São Joaquim reivindicaram a instalação da escola no assentamento. Desta forma, foi criada a Escola Municipal Rural São Joaquim (Figura 1), necessária para atender os filhos dos assentados dos PAs Alecrim, São Joaquim e Canoas, além dos filhos de funcionários de fazendas no entorno.

Outrora, o deslocamento das crianças e jovens até as escolas da cidade era penoso, por conta das distâncias, más condições das estradas, pouco rendimento nos estudos e falta de tempo hábil para as tarefas, causando evasão escolar.

Figura 1 – Selvíria/MS: instalações antigas da Escola Municipal Rural São Joaquim



Foto: PONTIN (2015).

Mediante a necessidade de atendimento à demanda de pais e alunos, a Secretaria Municipal de Educação de Selvíria atendeu às reivindicações e instalou a escola Polo em 2010, cujo espaço físico era a antiga sede da fazenda, cedida por todos os associados do Assentamento em reunião lavrada em ata. Foi ato importante, pois a escola no campo permite a criação permanente de novos saberes, pois seu ambiente é de vital importância para o desenvolvimento de aprendizagens, possibilitando conhecimentos sobre o espaço vivido e estimulando o sentimento de pertencimento.

É necessário considerar as especificidades do campo, na escola, e compreenda-se:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindústria, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação. (FERNANDES, 2004, p.137).

Nessa perspectiva, a educação no campo deve possibilitar ao educando a construção de diferentes saberes, permitindo-os criarem e (re)criarem seus espaços de lutas, pelo direito à terra e à educação que garanta a permanência no campo.

O TERRITÓRIO EM DISPUTA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O conceito de território é basilar para a compreensão das contradições postas no PA São Joaquim, sobretudo nas ações das empresas na Escola Municipal Rural neste assentamento e suas contradições.

Segundo Raffestin, território:

[...] se forma do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (aquele que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. (RAFFESTIN, 1980, p. 128).

Para Raffestin (1980), o território é constituído por relações de poder, ou seja, as relações de poder não atuam apenas no meio político, mas também nas relações sociais.

Para Santos (1999):

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 1999, p.08).

Para Nardoque e Melo (2016, p. 05), baseando-se em Oliveira (1981), o território é entendido como expressão concreta da luta de classes travada pela sociedade na busca de sua existência, portanto é espaço delimitado pelas relações de poder. Com base nos autores mencionados, pode-se afirmar que o território compreende as relações de poder, as relações sociais, o espaço de forma concreta ou abstratamente, lugar de resistência e conflitualidades, remetendo a entender que o território é onde, de forma constante, há disputa.

A luta dos movimentos sociais desencadeada, pelo Brasil, no final dos anos de 1980, de enfrentamento à concentração fundiária, mas, sobretudo, para entrar na terra e nela permanecer, resultou em uma série de conquistas nas frações camponesas do território, como a luta e a conquista de princípios para a Educação do Campo.

Segundo Caldart (2003), o MST fez uma verdadeira “ocupação da escola”, pois:

As famílias sem-terra mobilizaram-se (e mobilizam-se) pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos). As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento; aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola, seja nos assentamentos já conquistados, seja ainda nos acampamentos. Assim nasceu o trabalho com educação escolar no MST. (CALDART, 2003, p. 03).

Os movimentos sociais foram de suma importância para o desenvolvimento da Educação do Campo, pois lutaram para que a escola do campo fosse reconhecida como tal e, principalmente, tivesse prática pedagógica voltada especialmente para o campo, preservando assim o contexto social, histórico e cultural de seus alunos.

Na busca de aproximação destes princípios, no ano de 2010, na Escola Municipal Rural São Joaquim, foi implantado o Programa Escola Ativa, do Ministério da Educação (MEC), por meio do qual seguiam as diretrizes da proposta da Educação do Campo, proporcionando a formação continuada dos professores do 1º ao 5º ano, com metodologia inovadora, permitindo melhor aprendizagem dos educandos.

O programa Escola Ativa visava adaptar e desenvolver os conteúdos à realidade do público em questão, de modo que o corpo docente pudesse incluir novas práticas pedagógicas e metodológicas, permitindo ao aluno aprender enquanto valorizava a sua cultura, e que o ensino desses alunos fosse de fato universal, no sentido tratado por Caldart (2007, p. 03): “o que se quer, portanto, não é ficar na particularidade, fragmentar o debate e as lutas; ao contrário, a luta é para que o universal seja mais universal”.

Para tanto, o Escola Ativa propunha-se a reconhecer e a valorizar todas as formas de organização social, garantindo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e no campo.

Infelizmente, em 2013, o Programa Escola Ativa não fazia mais parte do Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo inserido pela Secretaria Municipal de

Educação o Apostilado Aprende Brasil, da franquia Positivo, causando grande repercussão na rede e, principalmente, no campo, por não atender à realidade do campo.

Outra situação preocupante é o contexto espacial da escola, cercada pelos monocultivos de eucaliptos, pertencentes à empresa Eldorado Brasil, financiadora da construção da nova escola (Figura 2) no assentamento.

Figura 2 – Selvíria/MS: instalações da nova Escola Municipal Rural São Joaquim



Fotos: PONTIN (2015).

Essa obra reflete a “parceria” da empresa com a prefeitura de Selvíria, por meio da construção e da doação de equipamentos necessários para o funcionamento da escola, como computadores, projetor multimídia, mesas e cadeiras. No dia 24 de junho de 2015, na inauguração da escola, a gerente de Sustentabilidade da Eldorado, Luciana Bortoluci, em seu discurso, fez a seguinte colocação:

[...] a construção da escola foi destacada como importante para atender os assentamentos São Joaquim, Alecrim e Canoas e também as fazendas do entorno. Identificamos a oportunidade de a Eldorado contribuir com o desenvolvimento social de Selvíria. Este investimento terá reflexos imediatos no cotidiano dos alunos, além de impactos benéficos que colaborarão com a qualidade do ensino.⁷

No discurso, referente à nova escola, remete à “caridade” do setor de celulose-papel para mascarar a verdadeira realidade de estar “apenas devolvendo parte do que tem adquirido de forma legal, porém injusta, que são os enormes

⁷ Disponível em: <<http://www.selviria.ms.gov.br/evento/63/novo-predio-da-escola-municipal-rural-sao-joaquim-e-inaugurado-oficialmente>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

incentivos fiscais para instalarem suas indústrias com mão de obra barata, terra e infraestrutura como asfalto, energia, qualificação da mão de obra, etc” (KUDLAVICZ e MOTA, 2008).

Desse modo, o território está ligado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendam seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995, p.19).

De início, a luta pela instalação da Escola São Joaquim no assentamento e a adoção do Programa Escola Ativa trouxeram aproximações com a Educação do Campo. De toda forma, nos últimos tempos, além da construção do prédio novo da escola, doação e instalação de equipamentos por parte da Eldorado Brasil, e adoção de material apostilado do Positivo, há inserções por parte da empresa Fibria, oferecendo cursos de capacitação para os professores da escola, difundindo-se nuances empresariais no currículo.

A Secretaria Municipal de Educação de Selvíria possui vínculos com o Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE); é uma iniciativa do Instituto Votorantim, em parceria com a Fibria, com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação pública por meio de mobilizações sociais envolvendo toda a comunidade.

No ano de 2015, desenvolveu-se, na escola, o projeto Indicadores da Qualidade na Educação, o Indique, por meio do qual a comunidade estaria presente na escola para levantar problemas e soluções referente às necessidades dos alunos, como: sala de tecnologia, material didático entre outros, ou seja, métodos de ação democrática, ficando a prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação responsáveis em buscar soluções para os problemas elencados pela comunidade. Neste ano de 2016, está sendo desenvolvido o terceiro ciclo, conforme a Figura 3: Desafio “Criativos da Escola”. A iniciativa é realizada com intuito de estimular crianças e adolescentes na elaboração de soluções, por meio de projetos, transformando suas escolas e comunidades.

Figura 3: Material Criativos da Escola



Foto: PONTIN (2016).

As atividades de mobilização do programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE) tinham como objetivo incentivar a escrita e a reflexão sobre a importância da educação na formação cidadã, abordando temas como: a aprendizagem e o conhecimento; a promoção das habilidades importantes para a vida e para a escola; apoio ao projeto de vida e o protagonismo dos alunos; e a ampliação do repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens. Pelas temáticas, as aparências enganam, pois as atividades propostas refutam a conflitualidade na territorialização do capital no campo, sobretudo pelos impactos sociais e ambientais gerados pelas ações das empresas nos monocultivos de eucaliptos.

São fatos corriqueiros relativos a impactos, como o ataque de animais às plantações dos assentados, além das pulverizações aéreas nos arredores do assentamento.

Sabe-se que a atuação dessas empresas com a educação é vista como de “responsabilidade social”, porém exercendo papel de cunho ideológico, uma vez que não solucionam os problemas levantados pela comunidade, pois repassam à

Secretaria de Educação e à prefeitura e não problematizam os problemas reais que cercam os campos da educação e da reforma agrária.

Mesmo com os projetos desenvolvidos pelo programa PVE, ou seja, vinculados às empresas, na unidade escolar também são desenvolvidos vários projetos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, contrapondo-se aos projetos anteriormente citados, pois objetivam construir os pilares da Educação no/do campo na Escola São Joaquim⁸.

Um projeto de destaque foi o de “Recuperação de Áreas Degradadas no Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim em Selvíria-MS”, desenvolvido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, durante o ano de 2013 (PROEXT/MEC/UFMS), como extensão. Esse projeto foi desenvolvido na unidade escolar EMR São Joaquim, permitindo abrir novos caminhos em direção à Educação do Campo.

Nesse projeto, os alunos, professores, equipe de gestão escolar, por meio das palestras e saídas de campo (Figuras 4 e 5), entenderam o campo como lócus de inserção dos sujeitos, desde suas nuances e seus conflitos.

⁸ Os principais projetos foram: Recuperação de áreas degradadas em Projeto de Assentamento Rural, Selvíria (MS) (2013); Formação socioambiental de jovens no meio rural: Assentamento São Joaquim - Selvíria (MS) (2014); Formação continuada de Educação no/do Campo para professores e gestores da Escola Municipal Rural São Joaquim - Selvíria (MS) (2016). De 2014 a 2016, a UFMS oferece o curso de Especialização em Educação do Campo e vários professores da Escola São Joaquim são discentes.

Figura 4 – Selvíria/MS: PA São Joaquim e área de recuperação



Fotos: PONTIN (2013).

Figura 5 - Selvíria/MS: PA São Joaquim, área de recuperação.



Fonte: Arquivo da EMR São Joaquim (2013).

O projeto de extensão foi de grande relevância para a formação docente e discente e para a reformulação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, justamente por possibilitar a compreensão de que a educação é parte inerente da vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste texto foi analisar as influências da territorialização das indústrias de celulose e papel no Território Rural do Bolsão, sobretudo na Escola Municipal Rural São Joaquim, no Projeto de Assentamento São Joaquim, município de Selvíria (MS), para a vida das famílias assentadas em projetos de reforma agrária, uma vez que se encontram diretamente influenciados pela expansão territorial do capital no campo, seja pelos monocultivos de eucalipto no entorno dos assentamentos, pelos empregos oferecidos aos camponeses ou pela influência na escola do campo.

No tocante à luta pela Reforma Agrária, é possível identificar formatos e práticas heterogêneas, mesmo quando são enfocadas tão somente as organizações e as mobilizações atuais, descortinando-se linhas de abordagem, cuja ênfase recai em aspectos entre si distintos, quais sejam: compensatórios, distributivistas ou ainda transformadores do modelo de desenvolvimento vigente.

Os trabalhadores, desse modo, organizados a partir de vários movimentos de luta pela terra, derrubam as cercas do latifúndio, ocupando a terra. Esta tem sido uma forma de pressionar o governo a desapropriar as terras ocupadas e realizar os assentamentos para que as famílias possam trabalhar e viver dignamente.

A luta pela Reforma Agrária não acaba na conquista da terra pelos trabalhadores ou na realização de projetos de assentamento pelo governo. Há outras cercas que precisam ser derrubadas. São as cercas, por exemplo, que impedem a existência de uma política agrícola voltada para atender aos interesses e necessidades da agricultura familiar. Além de uma política agrícola, é necessária a efetivação dos direitos básicos de cidadania, tais como o acesso à educação, que respeite as especificidades do local e coadune com políticas mais amplas, inseridas em projeto mais amplo de Reforma Agrária.

Considerando a luta pela terra e pela educação no campo como emancipação dos velhos paradigmas do rural, daquela educação subalterna para servir o mercado capitalista, evidencia-se a contradição dos projetos desenvolvidos pelo programa PVE na EMR São Joaquim, desde sua construção, pela Eldorado Brasil, e os “projetos pedagógicos” desenvolvidos pela Fibria. Por outro lado, as ações dos

professores da UFMS permitem o contraditório, justamente por se balizarem nos princípios da Educação no/do campo.

A educação é fundamental para o desenvolvimento territorial, sendo preciso salientar que a territorialização do capital pode compactuar com a crescente expulsão dos camponeses, pois o capital invade os campos e esmaga os pequenos proprietários e assentados de reforma agrária, como, por exemplo, pela monocultura do eucalipto.

Desse modo, o agronegócio propicia a exclusão do homem do campo devido às suas formas de apropriação e uso da terra e na difusão dos seus princípios baseados na “produtividade” e no campo sem gente, na agricultura sem agricultores. De acordo com Molina (2004 p.41), há uma construção ideológica que muda a imagem latifundista da agricultura capitalista como algo bom e importante para a nação.

Diante dessa complexidade, os professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul desenvolveram projetos de extensão na mesma unidade escolar, como o de recuperação de nascentes, havendo saídas de campo e palestras, possibilitando aos alunos interação de forma participativa e democrática. Sendo assim, as inserções das empresas na escola e suas relações com os camponeses são marcadas pela contradição, pela conflitualidade, sobretudo por meio da educação.

Certamente aparecerão muitas questões e problemas no que se refere ao tema, uma vez que este é um trabalho inicial, mas apresenta indícios do estudo de um movimento, da ação-reflexão-ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, M. C. **Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: **SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)**, 3, Luziânia (GO), 2007

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez et al. **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação n. 30. Editora Perez. São Paulo. 1998.

KUDLAVICZ, M.; MOTA, J. G. B. . **Seminário sobre os impactos sociais e ambientais do monocultivo**. 2008. In. LEMES, Mariana Santos. Territorialização do Capital e as Contradições da Educação do Campo na Microrregião de Três Lagoas (MS) 2014. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia.

LALUCE, Cícero Rogério Henrique. **A Conquista do Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim: algumas considerações**. In. ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **A práxis agroambiental no chão do Assentamento**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Por uma Educação Básica do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Editora UnB, v.5, 2004

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim Dataluta**. N.96, V.1, Presidente Prudente, NERA, jan. 2016.

NARDOQUE, Sedeval. O campo e a cidade no Ensino de Geografia e a Realidade da Escola Rural São Joaquim, Selvíria-MS. In. ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **A práxis agroambiental no chão do Assentamento**. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64.

_____. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991.

PIRES, Ariel José. A cruz como imagem e símbolo na luta pela terra. **Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: trimestral- vol. 2 n. 3 – jul/ago/set, 1998. Revista **GeoNotas**.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta** – Notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.